

PANATHLON CLUBE DE LISBOA

Proposta ao Congresso do Desporto

A REFORMA MAIS IMPORTANTE É A DO DESPORTO!

Índice

- 1 Um Apelo Nacional
- 2 A Reforma Mais Importante é a do Desporto
- 3 O Desporto Através da Ética
- 4 A Ética Promove e Desenvolve
- 5 A Ética como Instrumento Regulador
- 6 Definição de Ética para Benefício do Desporto
- 7 Fomentar a Ética Desportiva em Portugal – Proposta ao Congresso

Janeiro de 2006

1 Um Apelo Nacional

A promoção da Ética no Desporto Português é o objecto da acção do Panathlon Clube de Lisboa. O Panathlon considera que o Desporto Português possui grandes desafios no seu modelo de desenvolvimento e, simultaneamente, é capaz de produzir resultados extraordinários no campo desportivo.

Alguns dos problemas que o Desporto Português defronta poderão encontrar na Ética desportiva um instrumento privilegiado de tratamento como são, por um lado:

1. A reforma do Desporto Português que exige dos seus agentes e das organizações que integram e lideram acções de desprendimento, altruísmo e firmeza a princípios como os da Ética;
2. O assumir de decisões corajosas de Bom Governo¹ a vários níveis do tecido associativo desportivo nas federações, ligas, associações e clubes desportivos visando a criação de condições de trabalho eficientes, solidárias, competitivas e seguras e, também, na administração central e local;
3. A urgente intervenção junto das organizações públicas e privadas que trabalham com jovens em idade escolar, em todas as actividades desportivas garantindo-lhes e assumindo as condições de trabalho de excelência e de dignificação e a defesa inabalável dos direitos a que os jovens têm direito;
4. Os fenómenos mais graves que assolam o desporto europeu e mundial relacionados com a corrupção, doping, violência, assédio sexual e especulação financeira, depauperando a cultura e o associativismo desportivos e que em Portugal, se tarda em encontrar soluções à altura das dificuldades encontradas.

Por outro lado, o Desporto alcança resultados extraordinários como:

1. A realização do Euro 2004 e a afirmação da fileira de grandes eventos desportivos mediáticos, com repercussão mundial, e cujo benefício para o Desporto Português importa fundamentar claramente desportiva e economicamente;
2. A existência de jogadores e atletas portugueses que são ícones mundiais, respectivamente, no Futebol e no Atletismo, as modalidades desportivas mais conhecidas;
3. O surgimento de um escol de dirigentes e de treinadores que integram clubes e federações e outras organizações desportivas internacionais.

A necessidade do estabelecimento de uma parceria activa entre a sociedade civil e a administração pública, no domínio da Ética, surge como um incentivo estimulante para o desenvolvimento do Desporto Português e à sua colocação num lugar de primazia no contexto cultural e social nacional.

No seguimento da sua acção regular e respondendo ao desafio da realização do Congresso do Desporto, o Panathlon, coloca aos parceiros desportivos e ao Congresso, reflexões que equacionam os desafios colocados ao Desporto Português quanto ao seu modelo de desenvolvimento, no que à Ética diz respeito.

A Direcção do Panathlon Clube de Lisboa

¹ Bom Governo e Mau Governo serão utilizados como tradução da palavra “Governance”.

2 A Reforma Mais Importante é a do Desporto²

A prossecução da actividade desportiva nacional firmada em princípios Éticos é o objecto da presente proposta.

Veiculado pelo comportamento dos agentes e dos responsáveis, a Ética é um dos subprodutos da actividade desportiva como os benefícios para a saúde, que um estilo de vida activo garante.

A Ética é dos activos desportivos mais significantes e aquele que menos tem beneficiado da mesma atenção que outros países lhe dedicam no domínio do Desporto.

O investimento na Ética no Desporto gera benefícios transversais à sociedade e à economia e permite a formação de sinergias e consensos da Educação à Indústria, da Cultura ao Turismo e das autarquias às Relações Internacionais.

Pela Ética o Desporto completa-se alcançando a dimensão de uma alavanca sobre activos culturais e civilizacionais. Através do Desporto a antiguidade clássica produziu conteúdos do mais alto valor civilizacional e cultural em que se encontra a Ética.

Neste contexto, é possível ao Desporto Português valorizar as suas perspectivas e ambições e assumir perante o país o desafio que “A reforma mais importante é a do Desporto”.

A crise do Desporto é uma das dimensões da crise de desenvolvimento do país.

Confrontar o país com as suas acções, nomeadamente quando o país usa o Desporto em seu benefício, é uma função que o sector não assume mesmo depois de dez anos de desinvestimento financeiro e dificuldade reformadora da administração central.

Neste período os Governos alteraram o conteúdo das medidas de política através da redução sustentada do financiamento público central, como já sucede em 2006, sem ganhos materiais substantivos para o Desporto e o país. A perda financeira, de milhões de euros, é enormíssima para o Desporto e de pequena relevância para o desenvolvimento económico nacional.

O Desporto enquanto sector económico e social desinteressa-se por estudos e análises que concebam o seu desenvolvimento equilibrado e o integrem na dinâmica nacional, por controversa que esta seja. Pela fraca competitividade sectorial, o Desporto cresce menos que os outros sectores da actividade e quando cai, cai mais que os restantes. Esta a razão do agravamento do pagamento dos salários aos jogadores de futebol. Em consequência perdem-se as hipóteses de produzir maiores crescimentos que no passado.

“A reforma mais importante é a do Desporto” parece uma afirmação tão óbvia quanto simples. Contudo, apenas se cumprirá com um percurso Ético e fundamental, estruturado e convincente, valores que são a espuma da realidade desportiva nacional e por ora negligenciados.

O eixo de transformação que se apresenta denominado “A reforma mais importante é a do Desporto” coloca o Desporto no eixo do desenvolvimento social através da Ética, da excelência dos comportamentos que os grandes atletas desportivos, entre todos, protagonizam, e da capacidade de transmissão da imagem autoconfiança, valorização do amor-próprio e defesa do jogo limpo que o Desporto é capaz entre todas as actividades nacionais.

² Título inspirado na afirmação de Ricardo Reis, economista, “A reforma da Justiça é a mais importante” Revista Dia D, Jornal Público, 26.12.2005.

3 O Desporto Através da Ética

Os limites ao desenvolvimento do Desporto Português são os da sua Ética.

A necessidade de comportamentos éticos no Desporto Português relaciona-se com o estabelecimento de princípios visando o bem-estar da população.

Os princípios de Ética Desportiva que são inerentes a este objectivo não foram accionados no passado, como o demonstram, sem se procurar ser exaustivo, os seguintes factos:

- 1) O adiamento ao longo de 15 anos de intervenções públicas eficazes na área do Desporto com o objectivo de modernizar a Lei de Bases do Sistema Desportivo;
- 2) A tradicional ausência de consenso na elaboração de medidas de política desportiva. A dificuldade do consenso impede o seu sucesso a médio prazo. Independentemente do vencedor das eleições legislativas, a inexistência de consenso produz um custo que recai sobre a legislatura seguinte e impede e atrasa a modernização do Desporto;
- 3) A perda continuada ao longo de mais de dez anos de milhões de euros de orçamento da administração pública desportiva central, a qual soma cerca de trezentos milhões de euros. A relevância do recuo financeiro relaciona-se com os menores graus de liberdade e composição da política desportiva. Particularmente o associativismo desportivo é obrigado a fazer mais, com menos meios e face a um edifício legislativo que a realidade desportiva ultrapassou e cuja reforma está adiada;
- 4) As políticas de desenvolvimento desportivo que estimulem a defesa do património cultural e do associativo desportivo, evitando a falência de clubes e das SAD's e a dificuldade, que muitas federações encontram em produzir os resultados de sucesso que ambicionam, nos projectos de alta competição e de Desporto profissional em que se envolvem;
- 5) A ausência de medidas de política que clarifiquem a falência de clubes e federações acautelando os valores dos seus credores desportivos principais a população, praticantes, treinadores e agentes não-desportivos;
- 6) A falta de medidas de incentivo aos dirigentes para a promoção do bem-estar dos seus associados e organizações.

Procurando sistematizar as dificuldades Éticas encontradas, no Desporto Português assiste-se à prevalência de:

1. Decisões que coarctam o património associativo dos clubes e das federações;
2. Conflito de interesses, actos de Mau Governo das organizações e a ausência de prestação de contas;
3. Inexistência de promoção de espírito limpo na actividade desportiva;
4. Carência de mecanismos de retribuição à comunidade dos benefícios ganhos pelos agentes com maior sucesso social e económico.

4 A Ética Promove e Desenvolve

Os modelos desportivos e económicos de maior sucesso são os que possuem melhores índices de Ética, uma menor corrupção e simultaneamente têm instituições e sistemas de regras eficazes e mais desenvolvidos.

As sociedades com maiores resultados económicos, actualmente, e as mais aptas na competição global são as que têm maior capital social, imbuído de valores Éticos, que essas sociedades são capazes de colocar nas suas decisões de progresso. As sociedades com maiores índices deste capital social crítico são os países do norte da Europa, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Canadá Estados Unidos e Canadá entre outros. Portugal insere-se no grupo do sul da Europa que apresenta performances inferiores em capital social e desenvolvimento.

A incapacidade Ética é um imposto que recai sobre a sociedade e os agentes económicos e sociais impedindo-os de beneficiar mais do produto social gerado.

O fomento da aptidão associativa e a Ética e a geração de bases consensuais para o desenvolvimento são características complementares dos princípios constitucionais, legislativos e regulamentares.

Os princípios Éticos são compatíveis com a eficiência da aplicação de meios humanos, materiais e financeiros e com o desenvolvimento dos sectores e nacional com impacto na realização de metas que, de outra maneira, ficariam distantes, como, ao definir o:

- Objecto de desenvolvimento estratégico;
- Governo das organizações;
- Prestação de contas;
- Avaliação dos projectos e dos respectivos resultados;

Ao nível dos resultados produzidos encontram-se benefícios na:

- Qualidade dos bens e serviços produzidos visando a satisfação das necessidades humanas;
- Eficiência, não desperdiçando recursos e evitando custos desnecessários;
- Garantia de projectos que assegurem a continuidade da organização;
- Garantia do desenvolvimento humano dos seus membros.

5 A Ética como Instrumento Regulador

Os desenvolvimentos actuais da Ética colocam-na como um auxiliar valioso da eficiência e economia legislativas facultando a assumpção de comportamentos privados que instrumentos jurídicos, como as Leis de Bases, não necessitam de jurisdicionalizar.

A Lei de Bases do Desporto criada em 2004 tem um tratamento da Ética que mostra a preocupação de definição e da sua aplicação, nomeadamente no:

- Artigo 16.º Definição do Conselho de Ética Desportiva;
- Artigo 20.º Reconhecimento da acção da Federação Desportiva;
- Artigo 35.º Reconhecimento do Dirigente Desportivo;
- Artigo 40.º Observância da Ética pelos agentes desportivos e a sua defesa e apoio pelo Estado;
- Artigo 47.º Excepção da Ética no referente às decisões disciplinares estritamente desportivas.

Já a União Europeia veicula um comportamento próprio menos formal juridicamente, mais exigente na regulação pública e mais responsabilizador do agente e organizações privadas.

Para a União Europeia a Ética é cada vez mais um complemento do processo de regulação pública, especialmente através de Códigos de Conduta Voluntários e dos procedimentos de Bom Governo. A Ética garante a maior eficiência da norma legal, produzida pelo regulador público, através dos princípios e compromissos assumidos pelos agentes que actuam no respectivo mercado.

Nesta perspectiva deixa de haver a primazia da Lei sobre a Ética gerando-se relações de princípios e compromissos em rede mais eficiente na regulação do mercado privado e do comportamento competitivo e dentro das Regras do Jogo dos agentes privados.

Estes os princípios a apreciar na concepção e no desenvolvimento da Ética ao Desporto Português.

A apresentação desta proposta não contém as referências aos documentos, estudos e análises, e tomadas de posição que fazem a actualidade da construção da Ética na Europa, no mundo e em Portugal.

Apesar disso, e apenas a título indicativo dos textos que serviram de inspiração a esta proposta estão:

1. A acção da AESE liderada por José Roquete;
2. A reunião da FIA, Comité Olímpico Europeu, entre outros, acerca da Governance das organizações desportivas europeias, em Bruxelas, em 2001;
3. O artigo de Maria Manuel Leitão Marques, no Diário Económico de 19 de Janeiro de 2006, intitulado “A Ética e a Regulação”.

A análise bibliográfica mais sistemática e fundamental sobre os desafios da Ética no Desporto será um dos passos que o Desporto Português deve assumir por inteiro e cuja proposta de actuação se apresenta no próximo e último capítulo.

6 Definição de Ética para Benefício do Desporto

A proposta que se apresenta sugere que o conceito de Ética tem evoluído no sentido de uma aplicação mais larga do que aquela tradicional e relacionada com o Fair-Play da prática desportiva.

No âmbito da aplicação do novo conceito de Ética, este aplica-se a todos os agentes desportivos dos praticantes mais jovens aos profissionais, aos treinadores, árbitros e voluntários dos clubes e das federações e aos empresários e também aos dirigentes associativos e responsáveis públicos.

Este conceito é mais envolvente e alargado e considera que toda a acção está sujeita ao escrutínio dos princípios Éticos e tanto a acção do jogador e do atleta, quando a praticam à margem das leis, até às do orientador e dirigente que prefere soluções a curto prazo, que conduzem o seu clube à falência, são ambas acções que recaem sob a jurisdição dos mesmos princípios.

Neste âmbito, também as medidas de política desportiva podem ser questionadas caso apenas visem o benefício de partes do desporto prejudicando o todo correspondente ao desporto nacional.

Mas não são só as responsabilidades que são renovadas também os benefícios são mais amplos.

É do interesse dos agentes desportivos que a prática das actividades que organizam para a sociedade e que são financiadas pela administração pública central e local, pelas famílias, empresas e pelos patrocinadores que a actividade transmita os mais altos valores Éticos e Culturais remunerando esses financiadores da actividade desportiva com uma imagem de transparência de bem jogar e comportar-se. No caso das empresas a boa actividade desportiva beneficia as suas marcas comerciais e incentiva a maiores contributos para a actividade dos agentes desportivos capazes de organizar e produzir as actividades e serviços desportivos mais remuneradores.

O potencial do Desporto para criação de valor Ético, social e cultural de âmbito nacional é instantâneo. Todos se recordarão do Euro 2004 que podendo ter tido custos noutros domínios demonstrou o potencial de projecção do amor-próprio nacional que o desporto português pode produzir através das suas estrelas, equipas nacionais, atletas individuais e eventos organizados em Portugal.

Este potencial é a causa primeira da afirmação “A Reforma Mais Importante é a do Desporto” e que impõe da parte do associativismo uma posição de debate com a sociedade, a economia e o Governo de condições de trabalho que têm sido retiradas ao Desporto para objectivos que se bem que por vezes importantes, não conseguiram evitar os desafios que actualmente cada dirigente associativo desportivo confronta na sua actividade diária.

O propósito de criação de um Capital Ético no Desporto Português, propondo-se que “A Reforma Mais Importante é a do Desporto”, exige uma estratégia e um programa nacional consensualmente aceites e uma instituição promotora independente, administrativa e financeiramente, e reconhecida pela sociedade e pela opinião pública.

Através desta estratégia e programa o Desporto terá a capacidade de negociar melhor o seu futuro com os seus parceiros públicos e privados.

7 Fomentar a Ética Desportiva em Portugal – Proposta ao Congresso

A proposta de operacionalização da Ética consubstancia-se na elaboração do Relatório da Ética do Desporto Português até ao Verão/Outono de 2006, financiado por iniciativa conjunta do Governo e da sociedade civil e liderado por uma personalidade nacional de elevado perfil Ético, profissional e de mérito reconhecido na sua profissão. Com inteira liberdade de trabalho, caberá a essa personalidade, ouvir diferentes parceiros representativos da sociedade, do Desporto, da ciência, da economia e da cultura, formar a equipa de trabalho e gerir os meios necessários à concretização plena dos objectivos da sua nomeação.

Do Relatório farão parte análises como da actual condição da Ética desportiva em Portugal, usando tanto quanto possível a comparação internacional, a sua sustentabilidade conceptual e prática, condições a que deve responder a promoção dos exemplos de excepção no domínio da Ética, a problematização das relações entre a Ética, as leis e os regulamentos e o envolvimento do Governo e do associativismo desportivo, a promoção do mérito Ético no desporto e na sociedade portuguesas, entre outros parâmetros.

Serão igualmente objecto do Relatório recomendações visando medidas de política desportiva como:

- 1) Realização da Conferência da Ética do Desporto Português no Outono de 2006 / Primavera de 2007 no qual seja apresentado o Relatório e organizada pela entidade e equipa que produziram este último;
- 2) Criação e aprovação de um Código da Ética do Desporto e da assumpção de responsabilidades pelos dirigentes das federações desportivas que a isso se prestarem;
- 3) Aprovação do Conselho da Ética no Desporto, uma entidade sem fins lucrativos com ampla participação dos agentes culturais, desportivos, económicos e sociais nacionais;
- 4) Objectivos e condições para a operacionalização de um instrumento como um Observatório da Ética no Desporto.